

Com salário de R\$ 10 mil, assessora de Mário Frias recebeu auxílio emergencial

Apesar do salário de R\$ 10.373, Marcleidy Cristina Slama da Fonseca Pacheco, coordenadora geral da Política Nacional de Cultura Viva, do Departamento de Promoção da Diversidade Cultural da Secretaria Especial de Cultura, recebeu 4 parcelas de R\$ 600 do auxílio emergencial, três delas como funcionária da pasta, uma em julho e duas em agosto.

Formada em Administração de Empresas, Pacheco foi nomeada para o cargo de confiança (DAS 101.4) na pasta chefiada por Mário Frias em 22 de julho de 2020.

Quem indicou a contratação de Pacheco foi sua amiga e secretária-adjunta da Secretaria Especial de Cultura, Andrea Abrão Paes Leme.

Advogada com especialização em editais e licitações e experiência em processos administrativos, Paes Leme é a número dois da Secretaria Especial de Cultura, abaixo apenas de Frias.

Ela foi nomeada em 15 de julho de 2020, uma semana antes da contratação de Marcleidy Cristina Slama da Fonseca Pacheco.

No último dia 8 de fevereiro, Pacheco foi nomeada para exercer o cargo de diretora substituta do Departamento de Promoção da Diversidade Cultural, da Secretaria Nacional da Econo-

mia Criativa e da Diversidade Cultural, da Secretaria Especial de Cultura.

Aos 48 anos, Pacheco teve como última experiência, antes de assumir os cargos na pasta chefiada por Mário Frias, a gestão financeira da Caixa de Evangelização das Assembleias de Deus de Santa Catarina e Paraná (Ceadescp), no município de Itaiaí, litoral catarinense.

Antes, fazia o controle do fluxo financeiro de uma clínica odontológica.

O Brasil de Fato procurou o Ministério do Turismo, pasta responsável pela Secretaria Especial de Cultura. Porém, até o fechamento desta matéria, não houve resposta. Atualizaremos caso haja novas informações.

Fonte: CUT

“Sindsep Entrevista”

O programa semanal “Sindsep Entrevista”, apresenta nesta sexta (12/02/2021), o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Maranhão (Sindsep/MA), Raimundo Pereira; na pauta “A Reforma Administrativa e os desafios para os servidores públicos”.

O SINDSEP ENTREVISTA vai ao ar todas as sextas-feiras às 10 da manhã e transmitido ao vivo pela página do Sindsep/MA no [facebook.com/Sindsep.MA](https://www.facebook.com/Sindsep.MA).



SINDSEP Entrevista

RICARDO MILAN
Jornalista - SINDSEP/MA
DRT 785 MA

RAIMUNDO PEREIRA
Presidente do Sindsep/MA

(98) 2108-0001 | www.sindsep.org.br | Sindsep.MA | @SindsepMaranhao

CORONAVÍRUS

TUDO O QUE VOCÊ PRECISA SABER >>

Frente parlamentar entrará com ação no STF para barrar reforma do serviço público

Já é fato o avanço da proposta de emenda constitucional da reforma administrativa (PEC 32/20) na Câmara dos Deputados. Diante desse cenário, a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público entrará com uma nova ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para barrar o texto.

Deputados e senadores que coordenam a frente apresentarão outro mandado de segurança para suspender a tramitação da proposta enquanto o governo não abrir os dados que embasaram o projeto.

"A falta de documentos que embasem a reforma ainda é uma realidade, esse problema não foi sanado. Então, toda argumentação que embasou a PEC 32 veio desprovida de análise mais profunda, inclusive orçamentária", declarou à coluna o presidente da frente, deputado Israel Batista (PV-DF).

O mandado de segurança protocolado ano passado perdeu o objeto depois que o então presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), alegou que não havia sequer tramitação do texto. O momento atual é outro: o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), inclusive disse que enviaria hoje a PEC à CCJ.

A PEC 32 prevê o fim da estabilidade de futuros servidores públicos, modifica

diversas regras para entrada no cargo público e cria cinco novos tipos de vínculos no lugar do regime jurídico único.

Dados não foram apresentados até hoje

Quando a proposta chegou ao Parlamento, em setembro, não foi apresentada a economia prevista com as mudanças nas regras que regem o funcionalismo público brasileiro, nem outros dados.

Pouco tempo depois, o ministro da Economia, Paulo Guedes, chegou a afirmar que a reforma proporcionaria um impacto para os cofres públicos de R\$ 300 bilhões em 10 anos.

Os números, no entanto, não foram detalhados pelo ministério. A frente então recorreu ao Judiciário para que a União divulgasse as análises que sustentaram a proposta de reforma.

"O ministro deu números muito discrepantes, tanto que agora ele não cita mais esses números. Então, é natural que a gente busque questionar essa falta de embasamento técnico, para a gente fazer uma discussão. E se o governo apresentar, pelo menos vamos discutir o projeto em cima de dados", pontuou Israel Batista.

Fonte: odia.ig.com.br



Acesso on-line ao comprovante de rendimentos para ex-servidores e ex-pensionistas

A Pró-reitoria de Gestão de Pessoas informa que já está disponível, no Portal do Servidor, o acesso ao comprovante de rendimentos para Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) para os ex-servidores e os ex-pensionistas da Administração Pública Federal (APF).

Agora, servidores e pensionistas que se desligaram do serviço público federal não precisam mais se deslocar até as Unidades de Recursos Humanos para obter o comprovante de rendimentos.

Para acessar, é necessário utilizar o mesmo login e senha cadastrados no site gov.br. Basta entrar no ícone "Sigepe Ex-servidor e Ex-pensionista" disponibilizado no Portal do Servidor (www.servidor.gov.br) e seguir as orientações que serão apresentadas.

Fonte: IFMA